



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

SUBPREFEITURA DA SÉ

Supervisão de Esportes

Rua Álvares Penteado, 49, 4º andar - Bairro Centro - São Paulo/SP - CEP 01012-000

Telefone: 33971200

ATA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL DA SUBPREFEITURA DA SÉ DO ANO DE 2024.

INICIATIVAS SOLIDÁRIAS SÃO PONTOS FUNDAMENTAIS NO PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO DA NOSSA SOCIEDADE.

Ao primeiro (01) dia do mês de julho de dois mil e vinte e quatro, em atendimento à convocação nº **009ª/2024** publicada no Diário Oficial do Município de São Paulo, realizou-se a **22ª/123ª** Reunião Plenária Ordinária presencial, do Conselho Participativo Municipal da Sé, biênio 2022/2024, a partir das 19:00h, em segunda chamada, com qualquer número de Conselheiros presentes, reuniu-se o Conselho Participativo Municipal da Subprefeitura da Sé, por meio de seus titulares, nas dependências da Subprefeitura Sé, com sede na rua Álvares Penteado, nº 49, Centro Histórico de São Paulo/SP.

Os trabalhos foram presididos pela Coordenadora do Conselho Participativo Municipal da Sé, Sra. **MÁRCIA REGINA MIGUEL RODRIGUES**, pelo Secretário Sr. **ANTONIO RONALDO DOS SANTOS**, juntamente com a autoridade ali presente, o interlocutor da Subprefeitura da Sé o Sr. Cel. **JOSÉ EDUARDO BEXIGA**. Estiveram presentes nesta reunião os seguintes conselheiros: **DIEGO SAMPAIO DIAS SPERB; FÁBIO LÚCIO SANCHEZ; INÊS LUCCHESI DE CARVALHO; MARIA LILIAN GALVARRO PENA; ROBERTO JORGE REGENSTEINER; ROSE MARIA DAS GRAÇAS CORRÊA OLIVEIRA; SILVIA CRISTINA MULE; STELA DE CAMARGO DA DALT; YOO RI KIM**. Conselheiros assistindo remotamente: **ELISABETE ANTOLINO; ROSANGELA ZANON MONTEIRO**. Conselheiro ausente justificado **FÁBIO BENINI CABRAL**. Múncipes presentes **ABÍLIO FOORIRÃO; VINÍCIUS MARCHEZINI BRAHEMCHA; DÉCIO SUNAGAWA; CARLOS THADEU C. DE OLIVEIRA; ROSALIA C. PARRUBIA; DANILO ROBERTO AMORIM MATTOS; BRUNO KIM; GISELE BOLINA DE ABREU; IZADORA POZZI DE ABREU; TARCISO GERALDO FARIA; THIAGO DE JESUS MONTEIRO; GIORDANA K. LAICASTEIO**.

ITENS DE PAUTA:

CONVOCAÇÃO 009ª/2024

22ª REUNIÃO ORDINÁRIA PRESENCIAL DO CPM/SÉ (22ª/123ª)

O CPM/SÉ convoca a todos os Srs. Conselheiros Participativos Municipais da Subprefeitura da Sé e convida os demais interessados, a participarem no próximo dia **01 de julho de 2024 (segunda-feira)** às 18h:30m, da **22ª** Reunião Ordinária do CPM/SÉ (Biênio 2022-2024), na sede da Subprefeitura da Sé, situada a rua Álvares Penteado, nº 49, a fim de analisar e deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

PRIMEIRA PARTE

1. Fala Inicial da Coordenadora, Secretário-Geral, ou em exercício, o interlocutor;
2. Boas Vindas e apresentação dos representantes do poder público, e/ou autoridades presentes;

3. Leitura de pauta; sucedido de eventuais pedidos de alteração ou inclusão de itens de pauta;
4. Abertura para ouvir as demandas de Zeladoria Urbana trazidas por Múncipes e Conselheiros;
5. Devolutiva da Prefeitura quanto às demandas trazidas e apresentadas em reuniões anteriores;

SEGUNDA PARTE

6. Aprovação de Atas, validação dos ofícios, retorno de reuniões e respectivos desfechos;
7. Abertura para ouvir às Associações de Bairros, Movimentos Sociais, Organização não Governamentais, conforme Art. 15 da Portaria 2/PREF/CC/SERS de 28 de fevereiro de 2020;
8. Debate sobre a possibilidade de convidar os candidatos à Prefeitura de SP, a comparecerem, um por vez, à Reuniões Extraordinárias (com pauta específica e única) agendadas previamente com seus respectivos assessores para ouvirem as demandas trazidas por Conselheiros e Múncipes da região Central;
9. Questionamento sobre a construção de uma grade de separação sobre o passeio público e sob a marquise do edifício Duque de Caxias, Avenida São João, 566, Edifício de Militares Aposentados, no quarteirão da São João com Avenida Ipiranga;
10. Questionamento sobre as placas indicativas de “aqui tem um rio”;
11. Debate sobre a presença de especialistas na reunião do CPM/SÉ para falar sobre as Cenas Abertas de Uso.
12. Lajes da Liberdade.

TERCEIRA PARTE

13. Informes Gerais e Agradecimentos.

Informamos a todos que, não havendo quórum está reunião irá começar rigorosamente às 19:00 horas, e em segunda chamada, com o número de Conselheiros presentes, de acordo com o Art. 22º da Portaria nº 2/PREF/CC/SERS de 28 de fevereiro de 2020. Comunico ainda que a ata será publicada em Diário Oficial contendo a pauta, horário e local, deliberações tomadas, lista de presença e resoluções bem como, ao Art. 7º, inciso IV, constante na portaria nº 2/PREF/CC/SERS de 28 de fevereiro de 2020 que dispõe sobre o funcionamento do Conselho Participativo Municipal.

São Paulo, 19 de junho de 2024.

Sra. MÁRCIA REGINA MIGUEL RODRIGUES – COORDENADORA

Sr. ANTONIO RONALDO DOS SANTOS – SECRETÁRIO-GERAL

Após leitura da pauta, seguiu-se o **item 4** demandas de zeladoria urbana, trazidas por múnicipes e conselheiros.

COLETIVO JURUBATUBA MIRIM: 1º) Solicito mais melhorias na coleta de lixo, limpeza de ruas, retirada de entulho nas ruas Apeninos, Nilo, Itatins, Carlos Chagas, Rodrigo Claudio Safira, André Gouveia e Paraíso; 2º) Os Moradores acham que os Caminhões de Coleta (comum e coletiva) deveriam ter horário fixo para passar nas ruas. O Site da terceirizada, apresenta horários que parecem ser irreais; 3º) Nos fundos dos prédios na rua André Gouveia seria útil haver placas de “proibido colocar lixo ou entulho”. Instalação de cestos de metal (não sabemos o nome técnico) nos bueiros ao longo da rua André Gouveia na Aclimação, Subdistrito-Liberdade e na rua Nilo. Seria bom que todos os bueiros deste que morro tivessem tais cestos para impedir que resíduos grandes entrem nas galerias pluviais. Isto ajudaria a manter os corpos d’água limpos. As águas de chuva que descem a montanha pelo Jurubatuba em direção ao lago do Parque da Aclimação. O rio Jurubatuba e o lago do parque são monitorados pelo programa córrego limpo da SABESP (SVMA). Melhoria da iluminação pública na rua André Gouveia, entre os números 2, 130 cep01532-050, Aclimação (Subdistrito – Liberdade). Não há poste de iluminação pública neste trecho, no qual há vários muros altos de fundos de prédios e curvas na rua. Moradores pedem melhoria na iluminação por temerem por falta de segurança. 1º) Conserto de Bueiro da rua do Paraíso, 797 (parte da avenida Ferrentini) neste trecho do lado ímpar, há bueiros fechados por vigas de ferro sem possibilidade de limpeza; 2º) Construção de mais bueiros na rua do Paraíso nesta ladeira, além da água da chuva, houve aumento de prédios que bombeiam água do solo e descartam na sarjeta, que lotam o meio fio, A necessidade

da construção de mais bueiros ao longo desta via, inclusive na parte alta, e para impedir que as águas desçam com velocidade a ponto de inundar a parte mais baixa da rua. A Paraíso é uma das ladeiras da região (cheia de morros) que menos tem bueiros. No bairro é comum haver dois ou quatro bueiros lado a lado. Manutenção de iluminação pública na rua André Gouveia, Cep 01532-050 em poste acima dos números 54, Aclimação (Subdistrito-Liberdade) é preciso religar o fio e colocar lâmpada de led. Ocorre que há um portão de garagem que impede o acesso dos profissionais da Ilume para fazer o trabalho. O portão está instalado aos fundos do prédio da rua Nilo, 429, portanto é necessário que a Subprefeitura da Sé solicite o acesso para fazer a manutenção da iluminação pública.

A CONSELHEIRA ROSE MARIA DAS GRAÇAS CORRÊA OLIVEIRA: Denuncia que roubaram as grades das canaletas da calçada em frente da Estação Júlio Prestes. Escada rolante da Galeria Prestes Maia está desativada há um mês. Isso prejudica os idosos e deficientes que a utilizam. Ponto de ônibus sem identificação. Cracolândia, quando fazem limpeza do local onde estão os drogados, os mesmos são deslocados para a rua dos Gusmões x Andradas e no retorno a rua não é limpa.

O MUNÍCIPE DÉCIO SUNAGAWA: Neste domingo, 30 de junho, houve a Parada Preta, mais um evento promovido pela Prefeitura que veio para perturbar o sossego dos moradores da região. A Prefeitura tem intenção de mudar o perfil da região tornando-o mais residencial e então é necessário rever número excessivo de eventos programados para adequar ao que se é pretendido. Creio que em 2022 que tomei pela primeira vez a limpeza sob os “Parklets” existentes nas ruas General Jardim, Major Sertório, pois o acesso sob eles é inacessível e tende a reter muita sujeira e se tomar um criadouro de pragas urbanas.

Item 5: Devolutiva da Subprefeitura quanto às demandas trazidas por Municípios e Conselheiros. As devolutivas das demandas serão encaminhadas via e-mail aos municípios.

Item 6: Aprovação de ata, validação dos ofícios, retorno de reuniões e respectivos desfechos.

A COORDENADORA MÁRCIA REGINA MIGUEL RODRIGUES: Conselheiros nós temos duas atas que colocamos para aprovação, são duas extraordinárias, a primeira da Cracolândia e a outra sob o PLOA, elas estão aprovadas pelo pleno? Conselheiros vocês aprovam as Atas? Somente a Conselheira Inês e o Conselheiro Diego abstiveram-se por não terem tido tempo de analisa-las.

O Senhor Cel. Bexiga: Na última quinta-feira fizemos uma reunião online somente sobre demandas. Essa reunião ocorre toda a última quinta-feira de cada mês das 18:00 às 20:00 para acesso à reunião tem um link você acessa a página da Subprefeitura e vai estar escrito fale aqui lá tem um link para acesso à reunião, essas reuniões são somente de demandas municipais, aonde o município traz e também pergunta, tira as suas dúvidas, todas as pessoas que participaram vieram com uma extrema educação realmente querendo saber das demandas, trouxeram os protocolos do 156, nessas reuniões falo também dos serviços da Subprefeitura estão sendo feitos, quantidades de serviços, no início falo sobre podas de árvores, limpeza de bueiros, varrição entre outros serviços da Subprefeitura, confesso que foi a melhor reunião que participei na minha vida profissional.

Item 7: Abertura para ouvir as Associações de Bairros, Movimentos Sociais, Organização não Governamentais, conforme Art.15 da Portaria 2/PREF/CC/SERS de 28 de fevereiro de 2020.

A COORDENADORA MÁRCIA REGINA MIGUEL RODRIGUES: Vamos abrir agora para as apresentações das Associações de Bairros, vocês podem falar as funções e sua relação com a sociedade.

O MUNÍCIPE CARLOS THADEU C. DE OLIVEIRA: Boa Noite gostaria de agradecer a oportunidade de falar, faço parte da organização Pink mais carroça, nós trabalhamos com os catadores de material reciclado, mais conhecido como catadores de rua, então vim trazer um pouco da nossa preocupação, nós fazemos várias atividades como catadores e quem tiver interesse em conhecer pode procurar o nosso site somos uma entidade sem fins lucrativos e temos um aplicativo chamado **cataki**, esse aplicativo é gratuito pode ser baixado. É uma espécie de Tinder das reciclagens, você está em um determinado local e localiza ali no mapa a lista do catador mais próximo, se tiver que fazer o descarte de algum resíduo reciclável, você pode chamar o catador pelo aplicativo eles são confiáveis, eles têm uma avaliação deles e vocês podem contratar esse serviço, é um serviço como qualquer outro, nosso papel é fazer e mostrar para a sociedade que o catador ou catadora eles não estão ali simplesmente só para receber o reciclável como pagamento, eles prestam serviço normalmente esses catadores estão cadastrados no nosso aplicativo, eles vão levar para um local correto, não vão fazer o descarte nos

pontos viciados, o outro ponto que gostaria de colocar muito rapidamente é que houve uma renovação dos contratos de coleta de lixo da cidade de São Paulo, por mais vinte anos até 2045 as mesmas empresas como a Loga estarão fazendo a coleta tanto a coleta comum como a seletiva, mas nos preocupou realmente que não houve um debate público sobre esses contratos, são contratos que vão custar 31 Bilhões de reais aos cofres públicos por mais 20 anos, isso quer dizer uma média de 4 Bilhões por ano ou se vocês quiserem 13 Milhões por dia e o que nos preocupou é que não houve nessa redação do contrato nenhuma preocupação de inclusão de catadores. Vocês estão aqui na região Central e sabem o número de catadores que existem, as pessoas não foram incorporadas na coleta seletiva de alguma maneira. Trabalhar como é para o cidadão, nós nunca vamos atingir aquelas metas de recicláveis, no nosso plano de ação integrada de resíduos sólidos, então nós precisamos fazer com que a Prefeitura também nos escute nesse sentido, porque os catadores tem uma capacidade de coleta muito grande, o catador tem uma eficiência na coleta que é incompatível, ele não vai levar o resíduo sujo para o ferro-velho onde ele vende. O site é www.cataki.org e a organização é a Pink mais carroça. Hoje nós temos na cidade de São Paulo aproximadamente 1.700 cadastrados, estamos na Barra Funda até o fim do ano.

O MUNÍCIPE JOSÉ ANTONIO: Sou defensor da coleta seletiva há 31 anos, nunca fui de cobrar a cidade e é uma cidade de gente importante, estou aqui há 44 anos e essa cidade precisa de gente como nós para cuidar dela e ajudar a ficar mais bonita. O que precisamos que seja boa para todos e de zelar pelo material reciclado e a coleta do lixo também, porque se tornou uma cobrança muito grande, respeitar os parceiros uns se sente beneficiados e outros não. Como tem muita cobrança, estou pedindo uma ajuda para o pessoal lá da Faria Lima que tem grandes empresários para ajudarem os carroceiros. Está aqui o Cel. Bexiga e um adendo que vou fazer que sejam 40 ou 45 vereadores dar um aval para todos os catadores de papelão, isso que eu queria pedir para todos, essa é a minha ideia está na mão do Cel. Bexiga pedindo que o pessoal que trabalha noite e invista na cidade e investir nos carroceiros também.

O MUNÍCIPE DÉCIO SUNAGAWA: Sou da Nova Centro ela está com vários projetos ela já fez dois encontros para debater sobre os calçadões aqui do centro, então nós vemos que aqui uma reforma dos calçadões do centro velho essa reforma vai para o centro novo provavelmente no ano que vem só que nós queríamos abrir um diálogo com a Prefeitura para tentar colocar algumas sugestões para que fosse adaptado com a realidade do centro novo, porque aqui basicamente é de comércio e lá temos condomínios residenciais. Gostaria que houvesse realmente essa conversa com a Prefeitura, provavelmente irá haver um terceiro encontro, onde aí nós vamos apresentar uma sugestão, nós vamos convidar a Prefeitura e os órgãos para ter esse diálogo e outro evento que estamos fazendo e aproveitando que foi falado de reciclagem nós vamos fazer coletas de tampinhas, nós vamos doar as tampinhas que serão doadas e levadas pelos comerciantes da região e daí esse material será vendido e revertido sem fins lucrativos ou também para os materiais escolares para os alunos e em complemento a isso a EMI está fazendo uma cozinha experimental para que as crianças realmente experimentem novos sabores, ter um contato com uma vida mais saudável, então legumes, verduras, a Move Centro está ajudando com uma horta que vai ser feita ali no espaço, para que as crianças produzam realmente as próprias hortaliças para poder ajudar também nessa corrida ambiental.

Item 8: Debate sobre a possibilidade de convidar os candidatos à Prefeitura de SP, a comparecerem, um por vez, à Reuniões Extraordinárias (com pauta específica e única) agendadas previamente com seus respectivos assessores, para ouvirem as demandas trazidas por Conselheiros e Municípes da região Central.

O CONSELHEIRO FÁBIO LÚCIO SANCHEZ: Achei essa proposta interessante, mas acho que o CPM precisa ter uma pauta sobre o que gostaríamos que os candidatos falassem. Acho que devem acontecer vários debates e gostaria de ver como os candidatos se posicionam em relação a cada um deles, para não ser uma proposta aberta. Minha opinião é que, se deixarmos as coisas abertas para os candidatos, existem vários assuntos que podem interessar a nós, então acho que deveríamos enviar um ofício contendo uma lista de assuntos sobre os quais queremos ouvir nossos candidatos. Sou a favor desta proposta.

A CONSELHEIRA INÊS LUCCHESI DE CARVALHO: Acho bastante complicado, primeiro porque nós não estamos nem concluindo as nossas demandas, teria que convidar todos os candidatos até devido à lei eleitoral. Há pouco tempo e ainda não tem os candidatos efetivados, são pré-candidatos. Temos que convidar todos, até pela lei eleitoral e temos que dar o mesmo tempo para todos e aí nós vamos ficar presos numa demanda que poderia ser interessante. Acho que foge um pouco até da própria função do conselho, e teríamos várias reuniões extraordinárias em dois meses. É minha opinião, que deveríamos evitar pela própria função do conselho e por termos que realizar várias reuniões extraordinárias ao longo dos próximos dois meses.

O CONSELHEIRO FÁBIO LÚCIO SANCHEZ: No entanto, para complementar a advertência cuidadosa da colega, seria uma boa ideia enviar um ofício aos partidos de campanha solicitando suas posições e, posteriormente, divulgarmos aqui nas reuniões para quem quiser. Na minha opinião, isso seria uma maneira de tirá-los de uma situação confortável que, do meu ponto de vista, impediria a discussão de questões importantes relacionadas à Sé, como moradia, saúde, lixões, ferro-velho, em resumo, existem várias questões na região central que são extremamente importantes e estão relacionadas às mudanças que o Governo do Estado está planejando fazer para a região central. Eu acho que seria uma boa ideia criar um documento perguntando sobre essas questões para todos os candidatos.

A CONSELHEIRA STELA DE CAMARGO DA DALT: Quero apoiar a afirmação do conselheiro Fábio Sanchez de que podemos criar essas perguntas para que os candidatos possam oferecer respostas direcionadas aos problemas da nossa região, pois os planos de governo são meio genéricos. Enfim, acredito que esses problemas sejam relevantes para qualquer prefeito ou pré-candidato a prefeito, e acredito que seja muito mais fácil encontrar uma resposta do que, sinceramente, se convidássemos alguém.

A COORDENADORA MÁRCIA REGINA MIGUEL RODRIGUES: Além disso, concordo que não temos tempo hábil para chamar todos para vir aqui ou fazer reunião extraordinária sobre o assunto, e temos outros assuntos que precisamos discutir e resolver. Concordo com a ideia do conselheiro Fábio Sanchez de enviar as perguntas e ler as respostas dos candidatos aqui. A única questão é como vamos fazer isso, qual é a proposta de vocês? Podemos enviar as perguntas por meio do WhatsApp A questão agora é formar um grupo para resolver as questões. Estou colocando Stela, Fábio Sanchez, Roberto e Lilian no grupo do WhatsApp para confirmarmos que estão ok.

Item 9: Questionamento sobre a construção de uma grade de separação sobre o passeio público e sob a marquise do edifício Duque de Caxias, Av. São João, 566, edifício de Militares aposentados, no quarteirão da São João com a Av. Ipiranga.

O CONSELHEIRO DIEGO SAMPAIO DIAS SPERB: Tive a oportunidade de falar sobre a área onde trabalho, que fica na calçada da avenida São João, entre o Largo do Paissandu e a avenida Ipiranga, onde os Mates são conhecidos. Entre essas casas, há um edifício chamado Duque de Caxias, que é um lote pequeno que se estende para a Rua do Boticário. Passo lá há 15 anos e agora estão começando a reformar. Não sei o que vai acontecer, as pessoas disseram que pode ser um grupo militar, mas o edifício é um edifício de oficiais militares aposentados e não é uma base militar. A marquise foi gradeada de cima a baixo e colocada na calçada o primeiro dia, e vi apenas uma pequena grade. Passou alguns dias e a marquise estava totalmente gradeada. O responsável me disse que a prefeitura veio perguntar sobre isso e eles disseram que não era permitido.

A COORDENADORA MÁRCIA REGINA MIGUEL RODRIGUES: Mais está cumprindo ordem de quem?

O CONSELHEIRO DIEGO SAMPAIO DIAS SPERB: É possível que eu tenha me excedido ao expressar minha opinião no nosso grupo, pois acredito que os cidadãos civis na cidade de São Paulo ou no centro de São Paulo teriam a audácia de agir dessa maneira. Desculpas, Cel. Mas preciso chegar e dizer que “estou seguindo as ordens”, pensando na sociedade e não na lei. A lei 14.489, também conhecida como a Lei Padre Júlio Lancellotti, é uma lei absurda que proibiria tudo.

O SENHOR CEL. BEXIGA: Se quiserem fazer um ofício pelo conselho, será encaminhado para ser feita a fiscalização. Isso é simples: ver o SQL, qual é o limite do terreno, se o limite do lote for na beirada da marquise. Ou também fazer pelo 156. Ele está privatizando o espaço público fazendo a pessoa sair e passar pela rua, mas nossa equipe de fiscalização está aí para isso.

A CONSELHEIRA INÊS LUCCHESI DE CARVALHO: Tem sido recorrente o conselho receber esse tipo de denúncia e tem a posição da Prefeitura para que seja denunciado no 156. Nós na realidade não temos essa obrigação, porque a fiscalização é um dever da Prefeitura, É importante fazer a denúncia, mas o dever da Prefeitura é o de fazer esse tipo de fiscalização, não está cumprindo com a lei. Até como o Cel. acabou de colocar de a pessoa estar invadindo a calçada com o portão, não somos nós que temos que denunciar: a Prefeitura tem por obrigação fazer a fiscalização de rua, obra, etc Fiscalização de obra não é obrigação do munícipe, é obrigação da Prefeitura.

O SENHOR CEL. BEXIGA: Na Subprefeitura da Sé, existem 1.105 ruas com irregularidades. Uma delas é o serviço 156, conhecido como um serviço de demandas. Quando a prefeitura possui obras, as pessoas são obrigadas a ir lá, fazer

um registro dessas obras, apresentar um projeto e tudo mais. Desde que ingressei na subprefeitura há três anos, descobrimos onde as irregularidades ocorrem e descobrimos que são 1.105 ruas, 135 praças e milhares de demandas. Por causa disso, pedimos sua ajuda. No caso do Diego, pedimos apenas para formalizar, porque formalizando estabelecemos prazos, também conhecidos como administração, então, porque as palavras voam, mas os documentos não, inclusive nossos fiscais, emitem uma notificação e dão dez dias para desfazer, e a multa ainda não foi paga. Só para complementar, se alguém pertence à Prefeitura, pode ter sido instaurado um inquérito ou pode ter sido notificado sobre isso. Se não houver problema, envie um ofício para continuar o que já está sendo feito porque nós informaremos que um SEI foi aberto, com o número e informações adicionais. Também foi informado que levará alguns dias para retirar, etc.

A COORDENADORA MÁRCIA REGINA MIGUEL RODRIGUES: Concordo com o Cel. Nós somos os fiscais, falamos muito sobre isso no Conseg, no sentido de relatar o que está acontecendo e a Subprefeitura envia o fiscal para constatar o que foi relatado e aplicar as sanções. porque há coisas que acontecem, como esse caso relatado pelo Conselheiro Diego. Se a Prefeitura não fizer nada, então o Ministério Público deve fazer. Acho que é nossa responsabilidade fiscalizar tudo e não permitir que ninguém faça nada fora da Lei. Estou solicitando que você, Conselheiro Diego, me forneça o endereço da empresa e um breve relato do acontecido, além de mencionar as leis sobre as quais você falou no ofício. Se você preferir, faça a minuta e envie. Esse encaminhamento é público e nós o acompanhamos; no entanto, o processo SEI permanece pendente até que seja resolvido.

Item 10: Questionamento sobre as placas indicativas de “aqui tem um rio”.

O Cel. Bexiga passou o contato do responsável para o conselheiro Fábio Sanchez ligar que ele está com o processo e está fazendo o levantamento de Placa e ele falou que vai colocar no local onde vocês vão determinar para a SIURB a relação dos rios e vai entrar em contato com vocês para determinar os locais e nós sugerimos que o primeiro local seja o Jurubatuba Mirim para colocar a Placa lá.

O CONSELHEIRO FÁBIO LÚCIO SANCHEZ: O Cel. Bexiga aqui indicando a pessoa que está cuidando dessas questões das Placas, faço o convite aos conselheiros indicarem locais que acham adequados para serem colocados esse material.

Item 11: Debate sobre a presença de especialistas na reunião do CPM/SÉ para falar sobre as Cenas Abertas de Uso.

A COORDENADORA MÁRCIA REGINA MIGUEL RODRIGUES: Na sua colocação da proposta, você diz que foi aprovada primeiro, mas não enviamos a minuta. Por causa disso, encaminhei a minuta para a Geisa da Casa Civil para que fosse encaminhada para a Secretaria para análise. Na reunião do Conseg de quarta-feira passada, a Secretária do Vice-Governador, Gleuda, esteve presente e foi muito esclarecedora sobre as propostas já concluídas e o que pretendem fazer até 2030, ela diz que isso será concluído até 2030 e que eles permanecerão no governo até 2026. Eles deixam claro que não é um problema que pode ser resolvido de uma hora para outra, é um problema que existe há 30 anos e ainda não foi resolvido por ninguém. Acho interessante ouvir o que está sendo feito, incluindo a sugestão do Cel. O conselheiro Roberto fez essa proposta em um debate com uma pessoa ligada ao governo do estado.

O CONSELHEIRO ROBERTO JORGE REGENSTEINER: A proposta é no sentido de acolher os questionamentos que no nosso grupo a conselheira Rose tem destacado muito as questões que afligem a região e acredito que todos nós nos sensibilizamos com a situação, de fato é uma chaga aberta na cidade e como a cidade trata muitos dos seus cidadãos, é uma coisa que é pré civilizatória, então acho que deixaria dar um mérito para esse debate, dar um tempo das nossas reuniões ordinárias e eventualmente marcar uma extraordinária para saber sistematicamente o que está acontecendo e o que está sendo feito multidimensional, assistente social, assistente de saúde, segurança, educação nós tomarmos pé dessa questão, trata-se de uma maneira marginal, ou seja, a pessoa trazer o seu problema só no grupo de WhatsApp e aqui nós não tratarmos disso, então organizar de forma regular nossas reuniões que haja um espaço e a cada vez nós nos inteirando do que está acontecendo.

A CONSELHEIRA INÊS LUCCHESI DE CARVALHO: Quando participei de alguns seminários recentemente para discutir a região, estavam presentes vários pesquisadores da USP, que trabalhavam Lá. Uma pessoa que trabalhou na região por 20 anos, um cientista político, se não me engano, trabalhou diretamente com a população e acho que tem algumas outras visões que estão sendo meio ignoradas nesse debate. Porque levar isso a uma visão extremamente policial, não é tratar o problema de uma maneira mais abrangente, como ele é, um problema de saúde, social, faz parte da sociedade, e acho que o governo do estado está tratando esse problema por meio da Polícia Militar. Eu acho que as

intervenções que foram feitas não correspondem às perspectivas de solução do problema, então pode ser interessante ouvir mais sobre isso, mas acho que não é suficiente o que está aqui proposto.

A COORDENADORA MÁRCIA REGINA MIGUEL RODRIGUES: Foi aberto o seminário que você participou? Porque nós levantamos os participantes e convidamos.

A CONSELHEIRA INÊS LUCCHESI DE CARVALHO: Estava sendo gravado e pode ser encontrado no YouTube. A gravação dura 8 horas durante os três dias do seminário. Acredito que as pessoas devem se familiarizar mais com o assunto, pois acho que tem demanda. Também acho que o que ouvirmos aqui no CPM é superficial e não ajudará a concluir o objetivo. Por causa disso, sugerimos fazer a pesquisa. Isso se deve ao fato de que, embora essas pautas tenham sido enviadas de forma extremamente pontual e sem se aprofundar no assunto e verificar se realmente é um problema simples ou complexo, e ele tem uma origem complexa, que também precisa ser estudada. Não é possível entender o momento sem entender toda a origem e a causa de tudo que permanece dentro deste circuito social. Então acho que tentamos trazer para cá de uma forma que vai ser um desgaste para nós mesmos, desgaste físico. Eu digo isso porque tentamos trazer para cá um debate que não vai levar a nada, porque não é um debate que vamos fazer em 15 minutos por mês, é um debate que requer um aprofundamento, até para ter significado. Não desmerecendo a vida da conselheira Rose, devido aos problemas que ela está tendo. Acho que é um assunto que envolve outras pessoas, e as pessoas que estavam participando do seminário não são apenas a conselheira Rose; são todas as pessoas que estão envolvidas com o evento diário e precisam ser ouvidas. As pessoas do POP RUA participaram, falaram por 20 minutos sobre como essas pessoas foram tratadas e como todo esse contexto é visto com viés, não apenas de uma perspectiva. Esses debates devem ser prolongados, e é por isso que acho que não é o lugar certo para isso, fazendo isso a cada quinze minutos ou meia hora por mês.

A COORDENADORA MÁRCIA REGINA MIGUEL RODRIGUES: Respeito a sua opinião, acho que todas as opiniões são importantes, mas nós temos que pensar melhor sobre isso e organizar, a pesquisa é muito importante, mas nós estamos tentando ver, dar o máximo de informações para que ela seja viabilizada e que aconteça, mais acho que é importante também ouvir o que está acontecendo e quem não está participando, qual é a proposta que têm, gostaria de ouvir até em respeito a conselheira Rose e respeito a outras pessoas, porque também estou na região, também vivi problema da cracolândia ali na minha porta, então sei muito bem o que a conselheira Rose está sentindo não na intensidade dela, mas eles desciam ali da Júlio Prestes são 5 minutos até a minha porta, porque eu moro na rua Anhaia na primeira quadra, então quem conhece a região sabe muito bem que está muito pertinho, então para mim é importante, acho que é importante e aí agora vou aos conselheiros vou colocar encaminhamento para votação. Alguém tem alguma proposta de encaminhamento dessa questão que foi colocada aqui pelo conselheiro Roberto.

O CONSELHEIRO FÁBIO LÚCIO SANCHEZ: Quero colocar que é necessário falar sobre a questão da cracolândia, é isso. É necessário falar de uma maneira organizada e sistemática que não seja às pessoas vindo aqui e falando sobre isso, em princípio concordo com a conselheira Inês e não vejo muita diferença entre você reservar 15 minutos todo o dia e vir alguém aqui e apresentar como demanda a questão da cracolândia isso não seria sistemático como diz o conselheiro Roberto, então o que seria sistemático? O que seria falar disso de forma organizada? nós temos uma proposta que é um estudo sobre a região uma pesquisa a respeito disso isso é uma proposta que partiu do CPM que tenta dar uma organizada nas ideias a respeito da cracolândia é uma coisa, agora utilizarmos o espaço da reunião para tratar essa questão não sei como isso seria hoje qualquer pessoa que vem aqui falar da cracolândia pode ela vai ter um microfone, tem isso, tem aquilo, etc.

O CONSELHEIRO ROBERTO JORGE REGENSTEINER: Como participante do CPM gostaria que acontecesse e que nós nos inteiremos a cada reunião do que está acontecendo e qual o planejamento no período seguinte por parte da Subprefeitura ou que a Subprefeitura diga: “nós não temos nada a ver com isso”, embora seja da nossa região quem está tratando disso é o governo do Estado então da próxima vez queremos que o Governo do Estado venha aqui explicar o que aconteceu no mês passado e quais às propostas que vão acontecer no mês que vêm e como a conselheira Rose e outros municípios digam esse mês o que aconteceu ali ou no mês seguinte, todos os dias tenha pessoas na porta e não se toma providência, então essa tomada de consciência por parte do CPM é uma maneira de manter que estão presentes e não simplesmente falar vamos fazer uma pesquisa e no final do ano teremos um resultado que talvez ajuda e tal, tem que chamar a autoridade aqui e se explicar o que está acontecendo mesmo que seja meia hora da reunião, mesmo que seja minutos da reunião está certo, acho que a regularidade na pauta ajuda o pleno a entender essa questão que é urgente,

importante e existem outras questões mais na região, mais essa é uma questão incomodante, prioritária na minha maneira de pensar.

A COORDENADORA MÁRCIA REGINA MIGUEL RODRIGUES: Então, Conselheiro Roberto o encaminhamento seria convidar a Subprefeitura da Sé e perguntar qual é o plano da Subprefeitura da Sé para a região da cracolândia?

O SENHOR CEL. BEXIGA: Também para acertar o que vai ser deliberado é o seguinte na Subprefeitura da Sé é um problema sistemático, tem um grupo de trabalho e esse grupo de trabalho engloba a segurança, saúde, psicólogos, parte de urbanismo, assistência social, direitos humanos do Estado e da Prefeitura e a Subprefeitura entra também dentro da Subprefeitura em suas atribuições eles se reúnem, acho que é a cada 15 dias fazem a reunião eles vão tratar de assuntos que são estratégicos, mas também vão avaliar os resultados o que foi feito e aí dentro do que o conselheiro Roberto falou e o que falamos naquelas outras vezes, mas foi dito que o conselho não queria ouvir essas outras pessoas, não queria saber o que estava acontecendo, mas se quiserem dentro da sistemática, me proponho a toda vez antes da reunião com esse grupo trazer todas as notícias que eles me passarem ou que o conselho achar por bem trazer alguém específico dentro da deliberação do conselho o que ele achar que é uma questão mais importante para aquele período, também providencio e vejo para trazer.

A COORDENADORA MÁRCIA REGINA MIGUEL RODRIGUES: Inclusive conversei com a Gleuda depois que ela se apresentou ela convidou para participar que tem uma reunião que é técnica que são trabalhos técnicos e outra reunião que eles dão o retorno a comunidade a municipalidade do que está sendo feito, então nós fomos convidados para participar dessa reunião é só darmos o ok e falar quem quer participar e vai dar nomes e está aberto para nossa participação. Mas vou me inteirar disso e trago aqui.

O SENHOR CEL. BEXIGA: Independentemente disso me proponho falar com a Gleuda e antes da reunião pegar os dados.

A CONSELHEIRA SILVIA CRISTINA MULE: Cel. Bexiga, gostaria de fazer uma pergunta: numa das reuniões extraordinárias que nós fizemos para tratar do tema da cracolândia, se não me engano. o senhor disse que existia uma pessoa que estaria digamos. centralizando todas as informações de todas as partes, seria que nós não poderíamos convidá-lo para vir aqui?

O SENHOR CEL. BEXIGA: Foi o que eu propus e o pessoal disse não.

A CONSELHEIRA SILVIA CRISTINA MULE: Não vamos ficar aqui nesse disse, não disse. O senhor falou que essa pessoa era a responsável e se nós quiséssemos que poderíamos conversar com ele e convidá-lo a vir aqui.

A COORDENADORA MÁRCIA REGINA MIGUEL RODRIGUES: Na Ata dessa extraordinária você mesmo falou que sim, se ele quiser vir.

A CONSELHEIRA SILVIA CRISTINA MULE: Exato porque não convidar então? Por isso que achava que esse senhor que ele sabe o que está sendo feito de educação, saúde, que ele viesse aqui, porque ele poderia fazer um apanhado geral e nós poderíamos também fazer perguntas.

A COORDENADORA MÁRCIA REGINA MIGUEL RODRIGUES: Muito bem, nós vamos fazer o encaminhamento para a Subprefeitura solicitando, vocês conselheiros aprovam? O encaminhamento é pedir a Subprefeitura esclarecimento em relação a cracolândia em primeiro momento será feito pela coordenação do Governo do Estado local e depois nós vamos ouvindo outras pessoas. Conselheiros vocês aprovam esse encaminhamento. O encaminhamento foi aprovado por todos os conselheiros presentes. Ótimo sem dúvidas, foi o que imaginei porque a conselheira Rose está ali e está presenciando tudo, então se falar alguma coisa que está fora do que ela vê, ela vai questionar e pedir para que eles mudarem alguma coisa.

Item 12: Lajes da Liberdade.

A CONSELHEIRA INÊS LUCCHESI DE CARVALHO: Na semana retrasada, teve uma audiência pública sobre o PIU CENTRAL, sou conselheira do PIU, conselho que nunca se reuniu, nunca foi convocado e questionei na audiência

exatamente isso, como eles estão fazendo a lei para alterar um projeto que exatamente nós nem tínhamos considerado como válido. há um questionamento no Ministério Público. O Rodrigo Goulart me respondeu que isso é um problema do executivo, que o legislativo não tem nada a ver com isso e depois encerrou a audiência. Enfim, depois fui tentar entender qual eram as alterações, o que estava acontecendo. Não consegui olhar isso com calma, porque tenho outras demandas nessa semana, como a do parque do Bexiga, mas me parece que tem um trecho que está bem claro que é a concessão de espaço aéreo entre os viadutos da Liberdade. Além de suprimir as áreas verdes, tem uma série de outras coisas, não consegui ver o projeto com calma. Mas acho super grave, primeiro que eles fazem alterações no projeto que já era péssimo, já tinha uma série de problemas de participação popular, inclusive a população nem sabe o que está acontecendo, o conselho gestor teria um canal mínimo de conversas, nunca foi convocado para a reunião nenhuma. Agora acho que esse projeto é surreal feito dessa forma e já foi votado.

A CONSELHEIRA STELA DE CAMARGO DA DALT: O que o conselho gestor do AIU Central, no CMPU seria responsável por indicar dois membros do setor empresarial, isso o que está na lei do PIU do Setor Central e aí o CMPU.

A COORDENADORA MÁRCIA REGINA MIGUEL RODRIGUES: Desculpa setor empresarial tem algum segmento ou geral?

A CONSELHEIRA STELA DE CAMARGO DA DALT: O CMPU tem representantes do setor empresarial, então atualmente tem do SECOVI que é o Sindicato das Empresas de Compra e Venda, Locação ou Administração de Imóveis Residenciais e Comerciais tem da Associação Comercial, ABRAINC – Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias e SP Comércio, então no PIU do Setor Central os representantes eleitos são todos vinculados ao território, então todo mundo que se candidatou se fosse uma ONG teria que ter atuação no território, se era da academia com atuação do território só que no CMPU a indicação era do Setor Central e a Secretaria Executiva do CMPU estava indicando os membros do CMPU que são do Setor Empresarial, então tinha duas indicações aí e pronto só que outros integrantes do CMPU falaram que isso não tinha sentido, porque ter que ser do Setor Empresarial com atuação do território, porque tem que ter coerência, pois todos os membros são do território só o Setor Empresarial é de qualquer lugar da Cidade, não pode, então os membros do CMPU indicarão outras opções de pessoas da área comercial só que isso afetou a constituição da primeira reunião por isso não teve até agora, parece que essa é uma das alterações que eles querem fazer que não tenha, colocar mais claramente isso para poder destravar a constituição do grupo gestor, dentro do CMPU qual é o prejuízo de você fazer uma indicação que tenha vinculação no território seria muito melhor do ponto de vista da participação não as pessoas que estão ali de grandes grupos de representação do Setor Empresarial as pessoas que sabem os problemas da região, então mais ou menos por isso, dizem que essa é uma das questões.

A COORDENADORA MÁRCIA REGINA MIGUEL RODRIGUES: O que você propõe conselheira Inês.

A CONSELHEIRA INÊS LUCCHESI DE CARVALHO: Acho que nós precisamos trazer essa pauta para cá.

A COORDENADORA MÁRCIA REGINA MIGUEL RODRIGUES: Você tem como levantar isso e nós pautarmos para a próxima reunião ordinária.

A CONSELHEIRA INÊS LUCCHESI DE CARVALHO: Acho que é um desrespeito a Prefeitura fazer a coisa sem chamar a população para conversar.

A COORDENADORA MÁRCIA REGINA MIGUEL RODRIGUES: Quem você indica para nós chamarmos para explicar na nossa reunião.

O CONSELHEIRO FÁBIO LÚCIO SANCHEZ: Posso dar uma sugestão, se isso está na pauta da Câmara Municipal amanhã que o CPM envie um Ofício urgente amanhã de manhã pedindo o adiamento dessa votação pelo CPM/SÉ porque quer discutir essa questão.

A CONSELHEIRA INÊS LUCCHESI DE CARVALHO: O argumento do Rodrigo Goulart faz sentido, quem convoca o CPM não é o Legislativo é o Executivo, portanto, quem deveria fazer essa discussão antes de mandar a lei para o Legislativo é o Executivo.

O CONSELHEIRO FÁBIO LÚCIO SANCHEZ: Que não nos impede de pedir audiência.

A CONSELHEIRA INÊS LUCCHESI DE CARVALHO: Não, estou colocando, acho assim até pode fazer através do Legislativo também, mas a obrigação é o Executivo antes de mandar o projeto pelas próprias questões da Legislação.

O CONSELHEIRO FÁBIO LÚCIO SANCHEZ: Vamos supor que essa profilaxia existe o Executivo é diferente do Legislativo nesse caso, não é, mais vamos supor ok, quem está votando é a Câmara, então nós temos que apelar para a Câmara certo? Então a sugestão é que envie um ofício para a Câmara amanhã de manhã.

A COORDENADORA MÁRCIA REGINA MIGUEL RODRIGUES: Quem é que pode me mandar a minuta do ofício.

A CONSELHEIRA INÊS LUCCHESI DE CARVALHO: O processo está no Ministério Público é justamente pela falta de participação popular, ou seja, o Executivo não pode mandar para o Legislativo, isso é lei, não é uma questão de nós queremos participar é uma questão obrigatoriedade em ter essa discussão e como não teve, você pode arrolar mesmo que eles votem, pode anular a votação.

A CONSELHEIRA STELA DE CAMARGO DA DALT: Esse problema que está no Ministério Público tentar anular ele vai ter que fazer uma ação civil pública e aí o que nós vemos no zoneamento do Plano Diretor, não teve a participação, Ministério Público fez o que aconteceu? Nada! Está no Legislativo, não podemos interferir, já não está no Legislativo já não está no Executivo, se nós fossemos do Conselho de Representantes que já deveríamos ser, estaríamos falando com o Legislativo e seria o momento oportuno para falar sobre essa questão.

O CONSELHEIRO FÁBIO LÚCIO SANCHEZ: A questão é muito simples no CPM/SÉ estamos desconhecendo o que se trata de uma votação importante, então nós CPM/SÉ pedimos o adiamento e a marcação de uma audiência pública a ideia é mandar isso para a Câmara Municipal e com cópia para o Executivo. O ofício é pedir o adiamento da votação e a marcação de uma nova audiência pública a respeito do Projeto Lei 445/2024 do PIU CENTRAL.

Item 13: Informes Gerais e Agradecimentos.

A COORDENADORA MÁRCIA REGINA MIGUEL RODRIGUES: A conselheira Tamiris Campari de Souza Luz pediu renúncia por problemas de Saúde e precisa focar na Saúde dela, então ela pediu afastamento, vamos colocar em ATA e o encaminhamento para a Casa Civil. Nós queremos reforçar a questão do link online só será passado por questão de doença com atestado, isso está atrapalhando muito a nossa reunião. Então gostaria de pedir aos conselheiros que vocês vejam quantas pautas importantes que nós precisamos deliberar e precisa da presença para votar, não adianta assistir a reunião e não pode votar e nem falar, então não adianta nada.

A COORDENADORA MÁRCIA REGINA MIGUEL RODRIGUES: Obrigada pela presença de todos e tenham uma ótima noite.

Após os agradecimentos pela nova coordenação e autoridade presente, deu-se o encerramento exatamente às 21:30 da reunião ordinária presencial na sede da Subprefeitura da Sé.



João Batista Ferreira Alves
Assistente de Suporte Operacional
Em 23/09/2024, às 16:32.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://processos.prefeitura.sp.gov.br>, informando o código verificador **111080689** e o código CRC **76D7A1FC**.